

VAINFAS, Ronaldo. Economia e Sociedade na América Espanhola. RJ: GRAAL, 1984. (980 V131e)

1.

O Aparelho Administrativo

A ÉPOCA DOS CONQUISTADORES

Um dos elementos essenciais do império colonial espanhol na América foi a máquina administrativa montada pela metrópole ao longo do século XVI. Com efeito, sem instituições que regulassem as relações entre os colonizadores e as populações conquistadas, sem instrumentos que garantissem a ordem numa sociedade cada vez mais diversificada, sem organismos que permitissem o controle metropolitano sobre os espaços americanos, a colonização espanhola teria sido inviável.

De início, porém, a presença metropolitana na América era absolutamente frágil, quando não ausente. Lembremos, antes de tudo, a origem social e as pretensões dos conquistadores. A grande maioria provinha das classes pobres de Espanha, ou seja, camponeses, artesãos, marinheiros, soldados da Reconquista, enfim, tipos sociais que viam na aventura atlântica um meio de obter o prestígio e as riquezas impossíveis de atingir na Espanha da época moderna. Poucos eram nobres e, entre estes, a maior parte era composta de secundogênitos ou filhos terceiros deserdados. A grande ambição de todos era a de "ir a valer más", isto é, formar um patrimônio e alcançar prestígio e poder. Organizavam-se em "compaña" – associação pré-

jurídica que implicava na repartição do “botim” pelos companheiros da expedição, de acordo com a posição militar de cada um –, e eram financiados por algum grande mercador ou grupo de banqueiros da Andaluzia, os quais ficavam com a metade dos rendimentos. Foi deste modo espontâneo, e essencialmente privado, que se fez a conquista espanhola da América.

A Coroa teve escassa participação financeira na montagem das expedições, e tampouco investiu na preservação das áreas coloniais recém-conquistadas. Tudo era obra de mercadores particulares, cavaleiros e soldados, associados em empresas de retorno duvidoso. A monarquia limitava-se a complementar os recursos de cada frota (atuando como empresário menor), e a delimitar as prerrogativas e deveres dos chefes expedicionários – no que confundia privilégios particulares e funções públicas, conforme atestam as inúmeras “capitulaciones” do século XVI. Advogava para si, em nome da inclusão das terras ultramarinas no patrimônio régio (Tordesilhas, 1494), o direito de cobrar impostos na América, mas não criava qualquer mecanismo efetivo que tornasse viável tal pretensão, salvo o envio de um ou outro funcionário real. Na prática, o poder ficava nas mãos dos grandes conquistadores – os “adelantados” – investidos de diversas funções públicas pela monarquia, tais como a fundação de cidades, a nomeação de cargos administrativos, etc.

Exemplo notável da confusão entre o público e o privado nos primórdios da colonização foi a instituição da *encomienda*. Do ponto de vista estritamente jurídico, a *encomienda* era uma delegação de funções fiscais aos conquistadores espanhóis, ou seja, os *encomenderos* deviam coletar tributos das aldeias indígenas em nome do rei. Porém, deviam adiantar à monarquia o equivalente ao número de aldeãos de sua *encomienda*, ressarcindo-se deste dispêndio com a cobrança de gêneros ou de prestações de trabalho das aldeias encomendadas. O que já era uma situação de fato – a exploração das aldeias pelos conquistadores – converteu-se num “privilégio” concedido pela Coroa à guisa de pagamento de funções administrativas. É evidente que, dadas as condições de poder vigentes na América, a Coroa não obtinha os almejados tributos indígenas,

nem muitos outros dos que previam as autoridades castelhanas.

A negligência da Coroa diante deste quadro explica-se por diversas razões. O reinado de Carlos I de Habsburgo (1516-1555) teve que enfrentar graves crises internas, como a revolta dos Comuneros, inseridas no processo de afirmação real. Além disto, o avanço turco no Mediterrâneo exigia da monarquia pesados gastos de defesa. E não esqueçamos que o soberano espanhol era também o imperador Carlos V da Casa d'Áustria, envolvido nas guerras com Francisco I de Valois pela posse da Alsácia-Lorena e nas lutas contra os príncipes protestantes da Alemanha. Enfim, a América de inícios do século XVI era objeto de dúvidas e incertezas: o ciclo aurífero das Antilhas se havia rapidamente esgotado, e as grandes minas de Potosí ou Zacatecas ainda estavam por se descobrir. A omissão da Coroa, assumindo prioritariamente as questões européias, alimentava, portanto, as pretensões autonomistas dos conquistadores.

MECANISMOS DO CONTROLE METROPOLITANO

É lícito supor que a consolidação das conquistas do México e do Peru, bem como a descoberta das minas de prata em Zacatecas e em Potosí tenham estimulado a Coroa a mudar de posição na década de 1540. Com efeito, entre meados do século XVI e a década de 1580, o quadro político-administrativo alterou-se profundamente. Foram criados os Vice-Reinados de Nova Espanha (1535) e Peru (1544), multiplicaram-se as Audiências, tribunais de contas e outros órgãos. Em suma, a América foi invadida por uma multidão de funcionários reais, pagos pelo erário régio, e os conquistadores viram diluídos os seus privilégios e o seu poder.

O esforço da monarquia em definir com mais clareza os espaços do poder metropolitano pode ser visto, novamente, no campo da política indígena. A estratégia assumida pela Coroa nesta matéria foi no sentido de eliminar

gradualmente a instituição da *encomienda*. Alegava-se, então, que a *encomienda*, além de prejudicar a evangelização dos índios, contribuía para o rápido desaparecimento da população autóctone. As motivações políticas eram, contudo, essenciais, pois a Coroa estava ciente de como a *encomienda* dava suporte ao poder dos conquistadores, uma vez que lhes garantia o inteiro controle sobre o recrutamento da mão-de-obra na América. Sendo assim, tomou diversas medidas de combate à instituição, chegando a proibir, em 1536, as prestações de trabalho dos índios encomendados (*encomienda de servicios*), e a abolir a hereditariedade do benefício nas Leis Novas de 1542.

O mentor intelectual desta nova política foi o dominicano Bartolomeu de Las Casas, o que pode ser visto, entre outras fontes, na vasta correspondência enviada pelo religioso ao rei Carlos I. Em algumas cartas, analisadas num estudo recente de Juan Friede¹, Las Casas chegou a advertir o soberano do perigo que a *encomienda* representava para o patrimônio real, sugerindo a deportação dos principais encomendeiros do México e do Peru, e o breve envio de funcionários – pagos com salários ou mercês em Espanha (e não na América) – para a administração das aldeias indígenas.

As reações dos conquistadores a esta política foi intensa, sendo que um outro dominicano, J. de Sepúlveda, assumiu a tarefa de defender os interesses dos encomendeiros junto à corte de Carlos I. Na própria América, porém, as manifestações foram notáveis. Reagindo às Novas Leis, os membros do Cabildo de Guatemala chegaram a dizer, claramente: “Ao fim da jornada e de tanto tempo, V. M. estava obrigado, como Cristianíssimo Príncipe, a amar seus vassalos e ao fim e remate de suas vidas, mostrar-lhes maiores sinais de amor, isto é, cumprir-lhes as mercês começadas e aumentá-las, e não que venhamos a ser condenados pelas costas e privados das mercês que V. M. está obrigado a nos fazer, e a nossos sucessores.”² E houve casos de rebeliões consumadas, como a dos Pizarro, no Peru,

1. Friede, J. *Bartolomé de las Casas: precursor del anticolonialismo: su lucha y su derrota*. 2ª ed. México, Siglo XXI, 1976, pp. 145-150.

2. Apud Simpson, L.B. *Muchos Méxicos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976, p. 71.

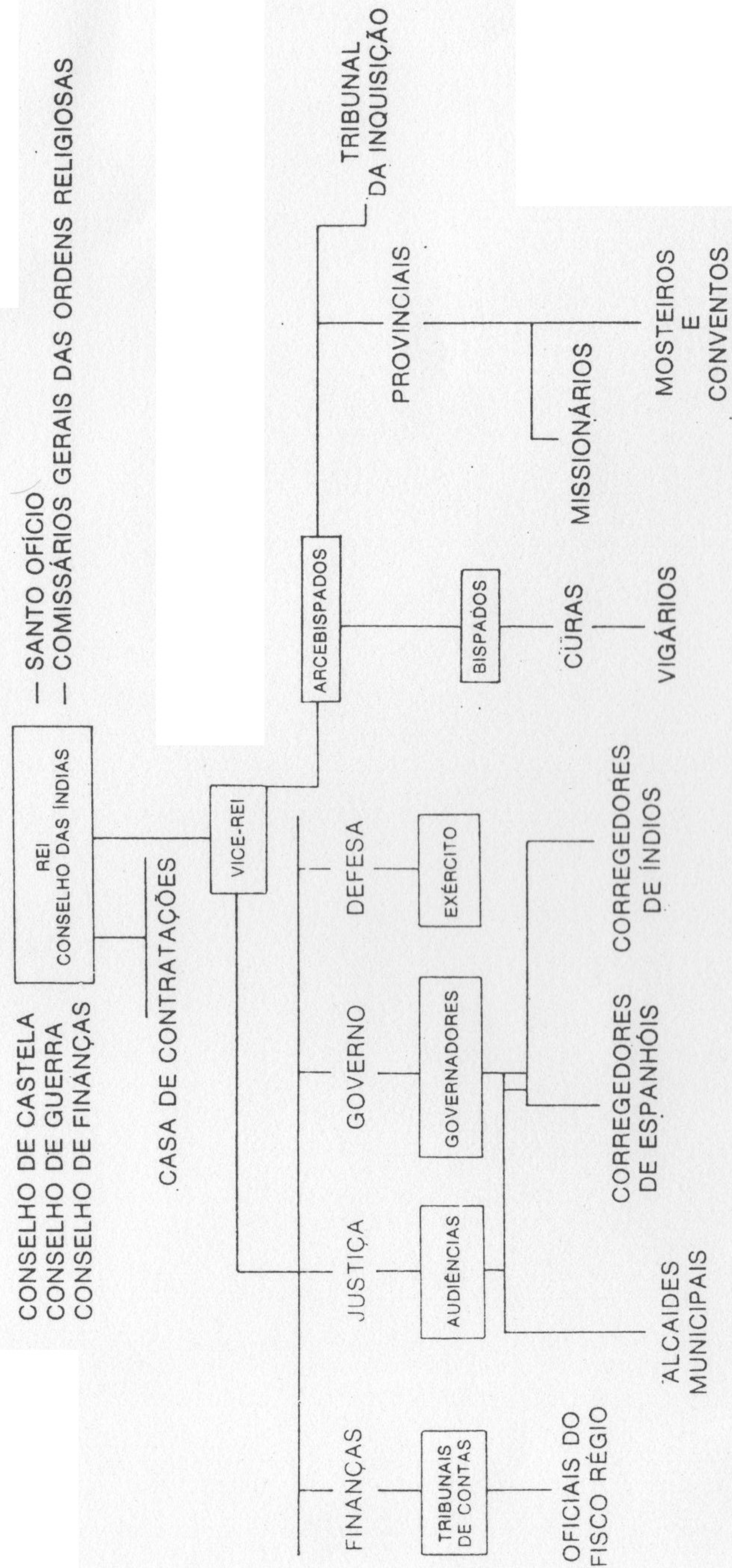
durante os anos 1540. Num momento de radicalização, conforme indica F. Bowser, a Coroa chegou a proibir totalmente o emprego de índios nas minas peruanas, sugerindo o emprego alternativo de escravos africanos.³ Impôs-se, porém, uma solução de compromisso, na qual os índios poderiam trabalhar nas atividades coloniais, inclusive nas minas, desde que recebessem um salário e ficassem sob o controle de funcionários reais – os *corregidores*. A *encomienda*, por sua vez, teria o seu gozo limitado a duas gerações, e ainda assim restrita à exação de gêneros, e não mais de trabalho (*encomienda de tributos*). No bojo deste processo, desenrolado entre 1548 e a década de 1570, afirmou-se o poder da Coroa em face dos conquistadores.

A questão da *encomienda* ilustra perfeitamente uma das principais motivações da Coroa ao montar a sua administração nas colônias: defender o patrimônio régio – e o poder fiscal da monarquia – contra as forças autonomistas e centrífugas representadas pelos conquistadores. A outra grande motivação, externa no caso, era a defesa da soberania castelhana contra a ação dos estrangeiros, evitando a perda de territórios, a pirataria e o contrabando. Não foi por acaso que, paralelamente à nova política indígena e à montagem da administração colonial, sistematizou-se o “sistema de frotas e galeões” regulamentado pelo Conselho das Índias – principal órgão metropolitano na gerência dos assuntos coloniais.

A administração colonial apresentou, entretanto, sérios limites no seu funcionamento. Sua história é a história da lentidão burocrática, da corrupção orgânica e da inevitável interpenetração entre o privado e o público. A confusão administrativa era, ao que parece, um dado estrutural do sistema, que conferia atribuições semelhantes a diversos órgãos, a fim de criar impasses e, por conseguinte, a exigência do arbitramento real. Foram freqüentes os desencontros entre Vice-Reis – máximo cargo executivo nas colônias – e as Audiências – tribunais de segunda instância –, pois a coincidência de funções administrativas era notável. A ação legislativa era também ineficaz e errática, pois

3. Bowser, F.P. *El esclavo en el Perú colonial (1524-1650)*. México, Siglo XXI, 1977, pp. 17-47.

GRÁFICO III
ORGANOGRAMA DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL ESPANHOLA



Fonte: C. Morin. Curso de História da América. Univ. de Montreal.

MAPA 4

MAPA ADMINISTRATIVO DA AMÉRICA ESPANHOLA (SÉC. XVIII)



1. V.R. NOVA ESPANHA
2. V.R. NOVA GRANADA
3. V.R. PERU
4. V.R. RIO DA PRATA
5. CAPITANIA GERAL DE CUBA
6. CAPITANIA GERAL DE GUATEMALA
7. CAPITANIA GERAL DE VENEZUELA
8. CAPITANIA GERAL DO CHILE

as decisões de uma metrópole distante tinham, necessariamente, que passar pelo crivo dos interesses locais, ou seja, pelas pressões da classe dominante colonial. Não é de surpreender, portanto, que as leis coloniais, compiladas pela última vez no *Cedulario Indico*, em 1763, tivessem nada menos do que 116 tomos, sendo 26 só de índice alfabético de matérias.

A suspeição *a priori* que pesava sobre os Vice-Reis era igualmente notável: não podiam ter bens na América e ficavam submetidos a fortes instituições de controle. A primeira era a *residência*, que consistia no exame das contas de cada governo vice-reinal ao final do mandato, e a segunda era a visita, ou seja, a súbita chegada de um interventor régio (visitador) para conferência da administração. Era comum que, ao final do período administrativo, os vice-reis pagassem multas pelo desvio de fundos régios – o que demonstra, por si, a corrupção orgânica do sistema.

A conduta dos *corregidores de indios* também é digna de registro. Mancomunavam-se com mercadores para obrigar os aldeões a comprarem produtos que não lhes interessavam (o reparto), recebiam quantias para liberar tributários acima das quotas previstas nos *repartimientos*, exploravam índios em benefício próprio, etc. A corrupção dos corregedores cresceu significativamente nos meados do século XVII – o que, de resto, ocorreu em toda a administração colonial. A decadência espanhola neste período fez com que as autoridades coloniais se associassem aos senhores de terra, empresários de minas, mercadores e contrabandistas, agravando-se intensamente o déficit do erário régio. Os *criollos* – descendentes dos conquistadores que só podiam ocupar os cargos dos *cabildos* (câmaras municipais) – passaram a galgar postos de corregedor e ouvidor (Audiência), numa administração cada vez mais venal. Foi este quadro de descontrole que levou a monarquia borbônica às reformas administrativas do século XVIII, criando novos Vice-Reinados (Nova Granada e Rio da Prata), e nomeando *intendentes* para neutralizar os abusos dos vice-reis e corregedores.

Seja como for, a partir de meados do século XVI, o poder nas colônias tendeu a mudar de mãos, passando dos conquistadores aos funcionários da máquina estatal. A alteração foi profunda, pois expressou a afirmação do poder

metropolitano nos territórios americanos. Não evitou, porém, um forte traço de continuidade: a confusão entre o público e o privado, a persistência de um modelo patrimonial de governo.

2.

A Igreja Colonial

O PADROADO RÉGIO

Vimos, anteriormente, a importância do catolicismo como instrumento do poder real na Espanha dos Reis Católicos. E, com efeito, a ascensão dos Habsburgo só tendeu a estreitar as alianças entre Roma e a monarquia espanhola, convertida esta última em baluarte da Contra-Reforma preconizada em Trênto (1545).

No tocante às colônias, toda a Igreja encontrava-se tutelada pelo poder monárquico – o que caracterizou o *patronato regio* sobre a instituição eclesiástica americana. O esboço do patronato deu-se com as diversas bulas de 1493, através das quais o papa conferiu aos Reis Católicos o poder de evangelizar os “infiéis” nas terras descobertas. A partir de então, os privilégios foram sempre acrescidos, chegando a abarcar o recolhimento dos dízimos eclesiásticos pela Coroa espanhola. A percepção e distribuição dos dízimos, lembra-nos R. Konetzke, deu à Coroa o controle direto sobre uma das grandes fontes de receita da Igreja, constituindo-se num elemento expressivo do patronato real⁴. A dependência da Igreja em relação ao Estado atin-

4. Konetzke, R. *América Latina II. La época colonial*, 6ª ed. México, Siglo XXI, 1977, p. 223.

giu, evidentemente, a esfera administrativa, regulamentada minuciosamente por Roma. Assim, os reis podiam fixar e modificar os limites das dioceses, dispor sobre sua competência administrativa, e até mesmo alterar as ordens emanadas por Roma para a Igreja americana. Esta última medida foi implantada por Carlos I de Habsburgo, em 1538, e ficou conhecida como "licença régia" (*pase régio*): todos os decretos pontifícios referidos à Igreja colonial tinham que passar pelo exame de organismos estatais. Outro aspecto notável do *patronato* era a provisão real dos cargos eclesiásticos: bispos e arcebispos eram nomeados em Roma a partir de indicações feitas pelo Conselho das Índias.

A subordinação da Igreja ao Estado fez com que juristas e teólogos espanhóis formulassem a doutrina do "vicariato real", que reconhecia no monarca espanhol um delegado do Papa, assim como este último era delegado de Deus. Em termos institucionais, as grandes linhas do *patronato* foram definidas no século XVI, durante os reinados de Carlos I (1516-1555) e Felipe II (1556-1598), e constam na *Recopilación de Leyes de las Indias*, publicada em 1680. No século XVIII, a ascensão dos Bourbons só fez acentuar as referidas tendências, convertendo-se a figura do *intendente* em delegado vice-reinal no controle administrativo da instituição eclesiástica.

Mas o *patronato régio* deve ser visto, antes de tudo, como um dos aspectos da aliança política entre o Estado e a Igreja, essencial, como vimos, na própria unificação monárquica espanhola. Por meio desta aliança, a Igreja americana adquiriu enorme prestígio corporativo nas mais diversas esferas da vida social e foi, ainda, contemplada com vastas propriedades territoriais em toda a América. O Estado, por sua vez, converteu a Igreja num instrumento notável de poder político. Além de desempenhar variadas funções administrativas na máquina estatal, a Igreja assumiu um lugar essencial no plano da educação, controlando, inclusive, o ensino nas universidades americanas – núcleos formadores de burocratas letrados nas colônias. De resto, convém não esquecer a ação missionária e a prática inquisitorial, que tanto marcaram a colonização espanhola na América. Estes dois últimos aspectos merecem, aliás, um exame mais detido.

A AÇÃO MISSIONÁRIA

Nos primórdios da colonização, a ação missionária não esteve nas mãos da Igreja, mas delegada, pelas circunstâncias da conquista, aos chefes laicos das expedições colonizadoras. A conversão das populações locais à fé católica constava freqüentemente nas *capitulaciones* firmadas pela Coroa e constituiu, ainda, um dos princípios básicos do regime de *encomienda*. As Leis de Burgos de 1512 dispunham, a propósito, que os encomendeiros tinham que levar os índios à igreja todas as manhãs, antes do trabalho. Fixavam, ainda, que todo encomendeiro com mais de 50 trabalhadores estava obrigado a converter um jovem índio em catequista dos demais, ensinando-o a ler e a escrever. Determinavam, enfim, que os encomendeiros guardassem os domingos e dias santos para a missa, participando com os índios de todos os rituais.

Tais disposições, reiteradas em diversos textos legais, jamais foram cumpridas pelos encomendeiros. Eram, a rigor, incompatíveis com as origens, interesses e valores dos conquistadores, homens pobres e iletrados em sua maioria, que se lançavam à América para explorar riquezas e combater "infiéis", e não para cumprir tarefas missionárias. A própria idéia de cruzada, que tanto alentou a conquista, nunca foi apostólica e dificilmente embasaria atitudes de evangelização. Já vimos como as ordens religiosas, assim que chegaram às colônias, trataram de combater a escravidão e, depois, a própria encomenda de índios – tidas como obstáculos à conversão dos povos americanos ao cristianismo. Las Casas repetiu diversas vezes, em seus sermões e cartas, a idéia de que a *encomienda* não auxiliava a obra missionária, mas simplesmente matava os índios em proporções desumanas. Sabemos, porém, que forças animavam o debate sobre a *encomienda*: interesses autonomistas e ambições econômicas dos conquistadores; zelo corporativo da Igreja; opções éticas e interesses patrimoniais da Coroa espanhola. No termo do conflito, impôs-se a solução de compromisso.

Ainda na primeira metade do século XVI, a Igreja assumiu a tarefa missionária através das ordens mendican-

tes. Franciscanos, em primeiro lugar, seguidos de dominicanos, agostinhos e mercedários, foram estes os religiosos admitidos pela Coroa espanhola na tarefa de evangelização. Os jesuítas, ciosos de sua autonomia corporativa, encontraram sérios obstáculos para penetrarem na América espanhola, e só foram admitidos nos anos 1560/1570. Nas áreas de maior interesse econômico, a catequese se viu prejudicada pelas exigências das empresas coloniais, e os missionários tinham que enfrentar as fortes pressões dos colonizadores, sempre hostis à presença dos padres. Tais desacertos foram percebidos desde o início do século XVI e, logo em 1513, o dominicano Pedro de Córdoba concebeu um plano de evangelização em comarcas isoladas dos estabelecimentos espanhóis, com a intenção de fundar “comunidades exclusivamente índias”, imunes à violência dos colonizadores. Nesta linha estratégica vários experimentos foram tentados, como na costa venezuelana de Cunamá, mas sem muito êxito, ora por indisciplina dos religiosos, ora pelas incursões de apresadores de escravos e, ainda, pela resistência demonstrada pelos grupos tribais.

Os que melhor superaram estas dificuldades foram, sem dúvida, os jesuítas, responsáveis pelas experiências missionárias mais sistemáticas e duradouras na América. Com efeito, o principal exemplo de organização missionária jesuítica ocorreu na região platina, a partir do século XVII. Foram fundadas dezenas de *reducciones* nas margens dos rios Paraná e Uruguai, distribuídas nas regiões de Entre-Rios, Paraguai, Rio Grande do Sul (Sete Povos das Missões) e Tarumá (próxima à área dos Chiquitos, no Peru). Cada redução possuía de 1000 a 1400 famílias, em média, e houve algumas com mais de 10.000 habitantes, conforme o bem documentado estudo de C. Lugon⁵.

Os *guaranis*, nômades no passado pré-colonial, foram organizados numa economia essencialmente agrícola sob controle dos jesuítas, cultivando milho, batata-doce, mandioca, erva-mate e até cana-de-açúcar, ou seja, combinavam produtos de subsistência com gêneros de exportação. Praticavam também o artesanato, produzindo quase todos

os utensílios e roupas necessários à redução. A propriedade era comunal e indivisível, sendo que a colheita era distribuída entre os chefes dos bairros (setores), e daí chegavam às numerosas famílias da missão. No século XVIII, porém, a propriedade comum (*tupambae*) convivia claramente com lotes familiares (*abambae*) – embrião da propriedade privada.

Na organização política da missão, os padres não puderam dispensar os “caciques” das tribos reduzidas, convertidos em chefes setoriais da Companhia de Jesus. Contudo, estes chefes foram gradualmente perdendo a sua importância, e caíram sob o controle de “funcionários indígenas” diretamente ligados aos jesuítas. Os “feiticeiros”, assim chamados pelos jesuítas, foram totalmente eliminados, mortos ou expulsos do território missionário, pois competiam naturalmente com a autoridade religiosa dos padres. Entretanto, são inúmeros os casos de apropriação dos costumes religiosos guaranis pelos jesuítas, dispostos a tudo para a doutrinação dos “reduzidos” – desde o uso da língua local até a prática de ritos como a “dança da chuva”. O esforço da Companhia em preservar as áreas de catequese contra as pressões dos colonizadores fica perfeitamente caracterizado pela organização de milícias indígenas, incluindo corpos de cavalaria e infantaria dotadas de armas de fogo.

A experiência reducionista até aqui descrita não foi exclusiva do Rio da Prata. Reduções similares foram fundadas nas terras baixas tropicais a leste de Quito, na savana tropical ao norte da Bolívia (região do rio Mamoré), em Santa Cruz de la Sierra, etc. Todas as reduções se viram subitamente eliminadas em 1768, com a expulsão dos jesuítas da América decretada pelos Bourbons.

De qualquer modo, o êxito desta experiência residiu no fato das missões terem sido fundadas em locais pouco atraentes para os investimentos coloniais, mas também pela capacidade de resistência demonstrada pelas milícias indígenas em face das expedições conquistadoras. No mais, ainda que a catequese tenha cedido às práticas religiosas indígenas, as reduções constituíram o espaço mais organizado de evangelização. Em suma, tratou-se de um exemplo singular de aculturação, entre a assimilação e a integração, entre o sincretismo e a disjunção cultural.

5. Lugon, C. *A República “comunista cristã dos guaranis” (1610-1768)*. 3ª ed. RJ. Paz e Terra, p. 70 e segs.

Assim como na Espanha, também na América o Santo Ofício desempenhou importante papel na afirmação do poder monárquico. As funções inquisitoriais estiveram presentes nas colônias desde o início do século XVI, mas somente na década de 1570 é que foram instalados os tribunais do México e do Peru. Mais tarde, em 1610, organizou-se um terceiro tribunal, em Cartagena, com jurisdição sobre os arcebispos de Bogotá e São Domingos. Os objetivos gerais do Santo Ofício eram os de “salvaguardar a unidade da fé católica” e assegurar o controle sobre a moral e as idéias dos súditos no ultramar. Concretamente, tais objetivos significavam, de um lado, a perseguição aos “hereges”, e de outro, a censura aos livros conforme o *Index Librorum Prohibitorum* publicado pelo Concílio de Trento.

Se analisarmos o significado de “herege” no vocabulário inquisitorial, veremos que, na prática, a ação do Santo Ofício visava a mais ampla gama de inimigos do Estado e da Igreja, desde rebeldes e piratas até índios resistentes ao catolicismo. Vejamos algumas categorias de “hereges” e alguns exemplos de condenações.

Os índios foram freqüentemente processados pelo Santo Ofício no século XVI, ora por conservarem antigos cultos, ora por preservarem costumes familiares avessos à moral cristã (a bigamia, por exemplo). Assim, entre os processos de 1536 na Nova Espanha, temos a acusação contra Tacatetl e Tanixtetl, condenados a açoites públicos na cidade do México pelo crime de idolatria. A mesma pena sofreu Martín Xuchimitl, processado por amancebamento com quatro irmãs. É vale lembrar o caso de Martín Ocelotl, anunciador do “fim da era de Deus”, acusado de idolatria e feitiçaria, e deportado para Sevilha. Os processos foram múltiplos no século XVI, chegando mesmo à pena capital, como no caso do “cacique” don Carlos de Texcoco, condenado a morrer na fogueira por fazer sacrifícios humanos. Em 1538, Carlos I decretou a incompetência do Santo Ofício no julgamento da fé dos índios, considerados neófitos e, portanto, incapazes de cumprir rigorosamente os preceitos do catolicismo. O ato régio não

impediu, porém, a continuidade da ação inquisitorial contra os índios, sobretudo em casos de rebelião. Lembre-se, a propósito, o importante papel da “inquisição volante”, no Peru dos anos 1570, que tanto marcou a repressão ao *Taqui Ongo*.

Os judeus foram, como se sabe, réus freqüentes do Santo Ofício desde o século XVI, punidos quase sempre com as abjurações e confisco de bens. Entretanto, é preciso esclarecer que as leis castelhanas vedavam a entrada de judeus na América, e as autoridades seculares se incumbiam de expulsar os clandestinos. Deste modo, os judeus perseguidos eram sobretudo cristãos novos, estes sim sujeitos à correção inquisitorial. Foram inúmeros os processos de “judaizantes” durante todo o período colonial. O mesmo se aplica aos protestantes, proibidos por lei de entrarem na América, o que não impediu o Santo Ofício de condenar muitos pelo crime de “luteranismo”. No México, em 1601, condenou-se à fogueira um alemão de Bremen, que era calvinista e se havia recusado à conversão. E outro caso interessante, descrito no minucioso livro de Yolanda M. de Ibáñez, foi o dos piratas ingleses da frota de John Hawkins: sobreviventes de uma derrota naval, em 1567, foram, nos anos 1570, indiciados como “luteranos” e condenados a açoites, abjurações e confisco de bens pelo Santo Ofício do México. Os condenados já estavam, na época, totalmente integrados na sociedade colonial, trabalhando como criados de senhores espanhóis ou como capatazes nas minas de Zacatecas⁶.

Um dos casos mais interessantes da Inquisição colonial foi a condenação do irlandês William Lampart, em 1659, descrito com detalhes no *Diario de Sucessos Notables*, de Don Gregório Martín de Guijo – uma das principais fontes para o estudo da sociedade colonial mexicana. Lampart, que havia chegado ao México em 1640, falsificou documentos que o apresentavam como Don Guillén Lombardo, novo Vice-Rei de Nova Espanha. Durante dois anos espalhou a notícia de que era filho bastardo de Felipe III e organizou um *complot* para instalar um reino independente no México. A chegada do Conde de Salva-

6. Mariel de Ibáñez, Y. *El Tribunal de la Inquisición en México*. (siglo XVII). México. Universidad Nacional Autónoma de México, 1979, pp. 71-77.

tierra, verdadeiro vice-rei, fez ruir o plano de Lampart, preso pelo Santo Ofício, acusado de heresia e traição, e condenado à fogueira após inúmeros suplicios públicos, aos quais não resistiu.⁷

Enfim, o Santo Ofício desempenhou papel decisivo na salvaguarda da moral cristã nas colônias, perseguindo e condenando todos os que defraudavam as normas familiares do catolicismo, ou seja, bigamos, adúlteros, homossexuais, prostitutas, etc. – sentenciados, geralmente, a açoites, abjurações públicas, prisões ou claustros penitenciais.

Instrumento notável de poder régio, o Santo Ofício gozou de ampla autonomia em face das autoridades seculares coloniais, e seu órgão máximo, o Conselho Supremo de Madri, só era responsável perante o rei. No século XVIII, a Inquisição entrou em franco declínio na Espanha, desgastada pela política ilustrada e anticlerical dos Bourbons. Exemplo significativo desta decadência foi o processo contra Hidalgo, rebelde mexicano de 1810/1811, acusado de blasfêmia, heresia e outros delitos, cuja condenação ocorreu quase um ano depois do seu fuzilamento pelas tropas reais. De qualquer modo, tanto na Espanha como na América, o número de processos caiu vertiginosamente, sobretudo após 1750, e o tribunal reduziu-se a censurar livros e a proibir publicações estrangeiras.

7. Simpson, L.B. *Op. cit.* pp. 192-193.

3.

Estratificação Social e Projeções Ideológicas

A CONSTRUÇÃO DA FIDALGUIA

“Já falei de nós, os soldados, que partiram com Cortez, e do lugar em que eles foram mortos, e se quiserem saber alguma coisa sobre nossas pessoas, é preciso dizer que éramos todos ‘hidalgos’, mesmo se alguns não possam se valer de linhagem muito clara. . .”⁸ A explicação de Bernal Díaz del Castillo, na sua *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*, ilustra, sem rodeios, o modo pelo qual os conquistadores se autodefiniam: fidalgos de fato, senão de linhagem, ou seja, uma fidalguia adquirida no serviço do rei e de Deus. Com efeito, foi sobre a base da “glória militar” que se construiu, durante o século XVI, os rudimentos de uma “nobreza americana”, não tanto como estrato social, senão como projeção ideológica, apoiada nos valores medievais da cruzada e da cavalaria, ou na moderna noção de fidelidade ao rei e ao Estado. As petições dos conquistadores junto à Coroa, relacionadas à posse fundiária ou à manutenção de *encomienda*, aludem sempre aos serviços prestados ao rei por fiéis vassalos: e se os reis da Reconquista premiavam os cavaleiros da península, por

8. Apud Romano, R. *Mecanismos da Conquista colonial: os conquistadores*. SP. Perspectiva, 1973, p. 73.

que os monarcas da conquista não fariam o mesmo com os cavaleiros do ultramar? Eis a lógica dos conquistadores, expressa nos termos da relação vassalo/suserano ou da relação súdito/monarca. E se a consciência da situação colonial não chega sequer a esboçar-se nesta época, as expectativas autonomistas dos conquistadores não preconizam, nem de longe, a idéia de independência.

A noção de “hidalgo” como cavaleiro glorioso veio somar-se, no século XVII, uma ideologia de nobreza apoiada na posição social e no modo de vida aristocráticos. É a sutil evolução de uma concepção épica da fidalguia para uma concepção hierárquica de privilégio social adornada com o mito da superioridade espanhola. Os senhores da América se viam como descendentes diretos dos conquistadores, do que muito se orgulhavam, como na *Recordación Florida*, do guatemalteco Antonio de Fuentes Y Guzmán. E valorizavam, sobretudo, o *habitus* aristocrático da frivolidade, do desdém pelo trabalho, do apego à ociosidade. Procuravam, assim, “esconder” as fontes de sua riqueza, que não radicavam na origem nobre, e nem sempre na ascendência espanhola, senão na ocupação de cargos públicos, no comércio ou na exploração de empresas coloniais. Era preciso alimentar a ilusão de que a riqueza era uma “antiga riqueza”, um resultado da “pureza de sangue”, e não o suporte de uma nobreza inventada. “Ilusão dos fidalgos – lembra-nos J. L. Romero –, mas tão entranhável que se convertia em realidade a quem os contemplava, mascarada por todo o sistema de convenções que procurava pôr distância entre eles e os seus submetidos, e evidenciar sua congênita superioridade”.⁹ O século XVII, época do barroco espanhol, foi também o tempo do barroco hispano-americano, não só nas artes e nas construções, mas nas concepções sociais da classe dominante colonial.

A fidalguia barroca era, assim, enredo de uma peça teatral e carecia de um palco para realizar os seus fins. A posição nobre, e sua distância em relação aos demais tipos sociais, não se podia representar nas “haciendas” ou nos filões de prata, onde a exploração econômica era devassa-

da, e onde cada senhor-empresário vivia isolado. Era preciso um cenário onde os senhores ficassem juntos diante da massa da população, e fizessem ver a ela e a si próprios a ostentação de uma vida frívola. O palco espontâneo acabou sendo o das cidades, núcleo essencial na cristalização da fidalguia. Cidades como o México e Lima, capitais vice-reinais, foram as cidades fidalgas por excelência, mas também o foram S. L. de Potosí, Guanajuato, Zacatecas, Puebla, Arequipa e muitas outras. Nelas, a concepção fidalga podia imperar e solapar os estímulos mercantis e a exploração social que sustentavam, de fato, os senhores coloniais. Mas a cidade não era só teatro: era também núcleo de poder, mercado, e fortaleza da classe dominante contra os assaltos da massa explorada. A cidade era, ao mesmo tempo, o palco da fidalguia, e o núcleo onde se firmavam os laços de solidariedade entre os senhores da América colonial.

A fidalguia alastrou-se por toda a parte, fazendo das cidades seu núcleo de expressão máxima, por onde desfilavam as “famílias senhoriais” exibindo o luxo de uma “nobreza autêntica”. Mas houve cidades pouco ajustadas a esta função: Vera Cruz, Acapulco, Porto Belo, Cartagena, cidades essencialmente portuárias, onde o ir e vir de pessoas, muitas das quais estrangeiras, e onde a circulação de mercadorias, dinheiro e ordens de pagamento diluíam qualquer ilusão de fidalguia mais consistente. O “espírito mercantil” impregnava, então, a consciência da classe dominante, menos nobre do que empresária, mas ainda assim fidalga.

Portos ou cortes vice-reinais, cidades mineiras ou centros artesanais, as cidades foram o espaço privilegiado da fidalguia. Fidalguia adquirida, que não pôde evitar, em maior ou menor grau, o sentido mercantil da colonização. Fidalguia peculiar que, na América espanhola, se viu acrescida do preconceito étnico e da valorização da cor.

9. Romero, J. Luis. *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. 2ª ed. México. Siglo XXI, 1976, p. 91.

MISCIGENAÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

“Proibimos e defendemos que nas *reducciones* e *pueblos* de índios possam viver Espanhóis, Negros, Mulatos ou Mestiços, porque se tem experimentado que alguns Espanhóis, que tratam, vivem e andam entre os índios, são homens inquietos, de mal viver, ladrões, jogadores, viciosos e gente perdida, e para deixar de serem agravados, os índios deixam suas comunidades e províncias, ao passo que os negros, mestiços e mulatos, além de tratá-los mal, servem-se deles, ensinam seus maus costumes e ociosidade e também alguns erros e vícios, que poderão estragar e perverter o fruto que desejamos, ou seja, pela ordem, a sua salvação, aumento e tranqüilidade”.¹⁰

O fragmento citado pertence a uma instrução dada, em 1598, ao Vice-Rei de Nova Espanha, Conde de Monterrey, e contém variados aspectos da história social hispano-americana. Entre outros aspectos, revela-nos algo sobre os limites práticos da política de *reducción*, refere-se ao fenômeno da miscigenação e indica, sobretudo, a predominância dos critérios étnicos na classificação e na leitura coeva da sociedade colonial. As questões são decerto complexas, exigindo uma análise particular.

A partir do século XVI, a Coroa espanhola adotou uma clara política de separação entre as comunidades indígenas e o restante de seus súditos na América. Já vimos que tal política resultou da conjugação entre os interesses corporativos e missionários da Igreja e as ambições patrimonialistas da monarquia em face dos conquistadores. Tratava-se, em suma, de preservar a mão-de-obra indígena, resguardar o poder metropolitano e garantir os objetivos éticos da colonização, ou seja, a propagação do catolicismo. A execução desta política foi, sem dúvida, errática, e ora a Coroa proibia os “casamentos mistos” em nome da segregação, ora incentivava-os em nome da moral cristã. Seja como for, a política da Coroa nesta matéria esteve diretamente ligada a uma concepção ambivalente da sociedade colonial, expressa na dicotomia *República dos Espa-*

10. Apud Simpson, L.B. *op. cit.*, p. 113.

nhóis/República dos Índios, expressões recorrentes no vocabulário do século XVI.

Tanto a política de segregação como as suas projeções ideológicas foram gradualmente decaindo, ao longo do século XVII, solapadas pelo intenso processo de miscigenação que teve lugar na América. Os pressupostos da segregação eram, aliás, contraditórios, pois embora visassem o “isolamento” das comunidades, admitiam o trabalho aldeão nas empresas coloniais. Pretendia-se manter a autonomia das comunidades para melhor explorá-las e catequizar-las – o que se mostrou desde logo inviável. Mas o que arruinou, decisivamente, a política régia de segregação foi a ausência de condições objetivas para que as duas “repúblicas” se auto-reproduzissem na América. Em termos demográficos, vale lembrar que a composição por sexo dos imigrantes espanhóis era predominantemente masculina, sendo incomum a vinda de famílias organizadas, tal como sucedeu na Nova Inglaterra. O mesmo ocorria com o tráfico africano, onde imperava a maioria absoluta de homens. Por outro lado, a acentuada mortalidade indígena no século XVI foi, sobretudo, masculina – pois eram homens os guerreiros nas lutas da conquista e, também, os mais diretamente explorados nos trabalhos coloniais. Em suma, entre os espanhóis, bem como entre os africanos, havia falta de mulheres, ao passo que na população indígena os homens se tornaram cada vez mais escassos. Os desequilíbrios demográficos da colonização deixaram aberto o caminho à miscigenação.

No transcurso do século XVII, o processo de miscigenação deu ensejo à construção de uma estratificação étnica, sancionada juridicamente pelo Estado e consagrada no quotidiano da vida colonial. De acordo com a linguagem da época, os tipos básicos eram os seguintes: 1. espanhóis (tanto os nascidos na Espanha como os seus descendentes); 2. índios; 3. mestiços (filhos de espanhóis e índios); 4. mulatos (filhos de espanhóis e negros); 5. zambos (filhos de índios e negros); 6. negros (vocábulo que passou a designar os escravos de origem africana).

A ordem com que expusemos os tipos sociais básicos espelha, com efeito, a hierarquia étnica no plano jurídico. Os “espanhóis” eram os únicos que podiam ter acesso legal à terra, aos cargos públicos, à posse de armas e ao ensi-

no universitário, além de serem isentos de tributos pessoais. Havia, contudo, diferenças nesta camada, e somente os “peninsulares” podiam ocupar altas funções na administração, ficando os “criollos” reduzidos aos cabildos. Os “índios”, por sua vez, eram os únicos que pagavam tributos pessoais, mas possuíam, em contrapartida, direito à terra no marco das aldeias. “Mestiços”, “mulatos” e “zambos” eram totalmente marginalizados no direito colonial, não podendo adquirir terras, nem privilégios de qualquer espécie. Por fim, os “negros”, que não tinham sequer personalidade jurídica e, salvo quando alforriados, eram considerados como simples mercadoria ou coisa.

Segundo M. Mörner, a hierarquia legal dos tipos étnicos sofria alterações práticas no quotidiano colonial, dando ensejo a uma reordenação parcial ao nível do “status”¹¹. Os “peninsulares” continuavam no topo, tidos como os mais “puros” de sangue espanhol e, portanto, os mais honrados entre todos os que viviam nas colônias. Logo abaixo vinham os “criollos”, não tão valorizados como os primeiros, e sobre os quais pesava frequentemente a suspeita de sangue “índio” ou “mestiço”. Em seguida, as “castas” – termo que designava as variadas misturas étnicas –, totalmente desprezadas pelos “espanhóis”, tidas como viciosas, ociosas e marginais. Mas tudo dependia, neste caso, da cor, e os mais claros podiam, às vezes, aspirar à condição de “criollos”. Quanto aos “negros” e “índios”, eram objeto do mais profundo desprezo e desdém, tidos como seres inferiores aos quais cabia, conforme os valores ibéricos, o repugnante exercício de trabalhos manuais.

C. Morin indica-nos, enfim, que a estrutura ocupacional da estratificação étnica acompanhava de perto a hierarquia de “status”¹². Os “peninsulares” eram os grandes burocratas e mercadores coloniais. A chamada “elite criolla” confundia-se com a classe proprietária, mas também havia, entre seus membros, pequenos comerciantes e artesãos corporativos. Os “mestiços” atuavam como artesãos independentes, feitores, arrendatários ou posseiros,

11. Mörner, M. *La mezcla de razas en la historia de América Latina*. B. Aires, Paidós, 1969, p. 66.

12. Morin, C. “La société coloniale”. Texto mimeo. s/l, s/d., pp. 13-17.

enquanto que “mulatos” e “zambos” ligavam-se aos mais variados serviços urbanos. Os “índios” eram os *comuneros* por excelência ou, então, os peões dependentes das *haciendas*. Os “negros” eram, como se sabe, os escravos.

O que vimos até aqui sobre a estratificação étnica, convém frisar, é tão-somente uma simplificação, ou seja, uma classificação dos tipos básicos quanto à sua condição legal, prestígio e papéis sociais. Na prática da sociedade colonial, tanto a condição jurídica como o prestígio e a riqueza dos homens variavam, em muitos casos, ao sabor das circunstâncias. A primeira geração de “mestiços” foi, por exemplo, admitida como espanhola, pois descendia, em regra, de uniões entre os conquistadores e mulheres índias. Muitos “mulatos” podiam requerer a isenção do *status* de pardo mediante uma “Cédula de gracias al sacar” e galgar, eventualmente, um lugar nas corporações de ofício. Houve “criollos” que conseguiram, no século XVII, ocupar cargos de ouvidor nas Audiências do México e de Lima, e muitos “mestiços” enriqueceram no comércio intercolonial. Houve aqueles, porém, que não passaram de peões nas *haciendas* hispano-americanas. Como omitir os “mestiços” de que nos fala Wachtel, que desempenharam funções de *Kuracas* no Peru do século XVIII? E não esqueçamos, ainda, que a grande maioria dos *Kuracas*, inclusive os indígenas, encontrava-se claramente “hispanizada” no final do período colonial: falavam castelhano, vestiam-se como espanhóis e não raro desempenhavam atividades comerciais fora das aldeias. O próprio Tupac Amaru, grande líder da rebelião indígena de 1780, e que se dizia descendente do Inca, era, além de *Kuraca* na província de Tinta (Peru), um próspero traficante de mulas. No mais, se nos voltarmos para o trecho da lei de 1598 citado anteriormente, veremos que muitos “espanhóis” não passavam de salteadores e jogadores, ou seja, estavam longe de serem grandes comerciantes ou funcionários do Estado. Na análise do social é preciso resguardar o lugar da descontinuidade, o espaço do imprevisto.

Por outro lado, a nomenclatura das “castas” era bem mais complexa do que se supõe, pois visava ordenar todos os tipos possíveis de miscigenação (vide o gráfico IV). Assim, na Nova Espanha do século XVIII, chegou-se a admitir que um filho de “espanhol” com uma “castiça” tor-

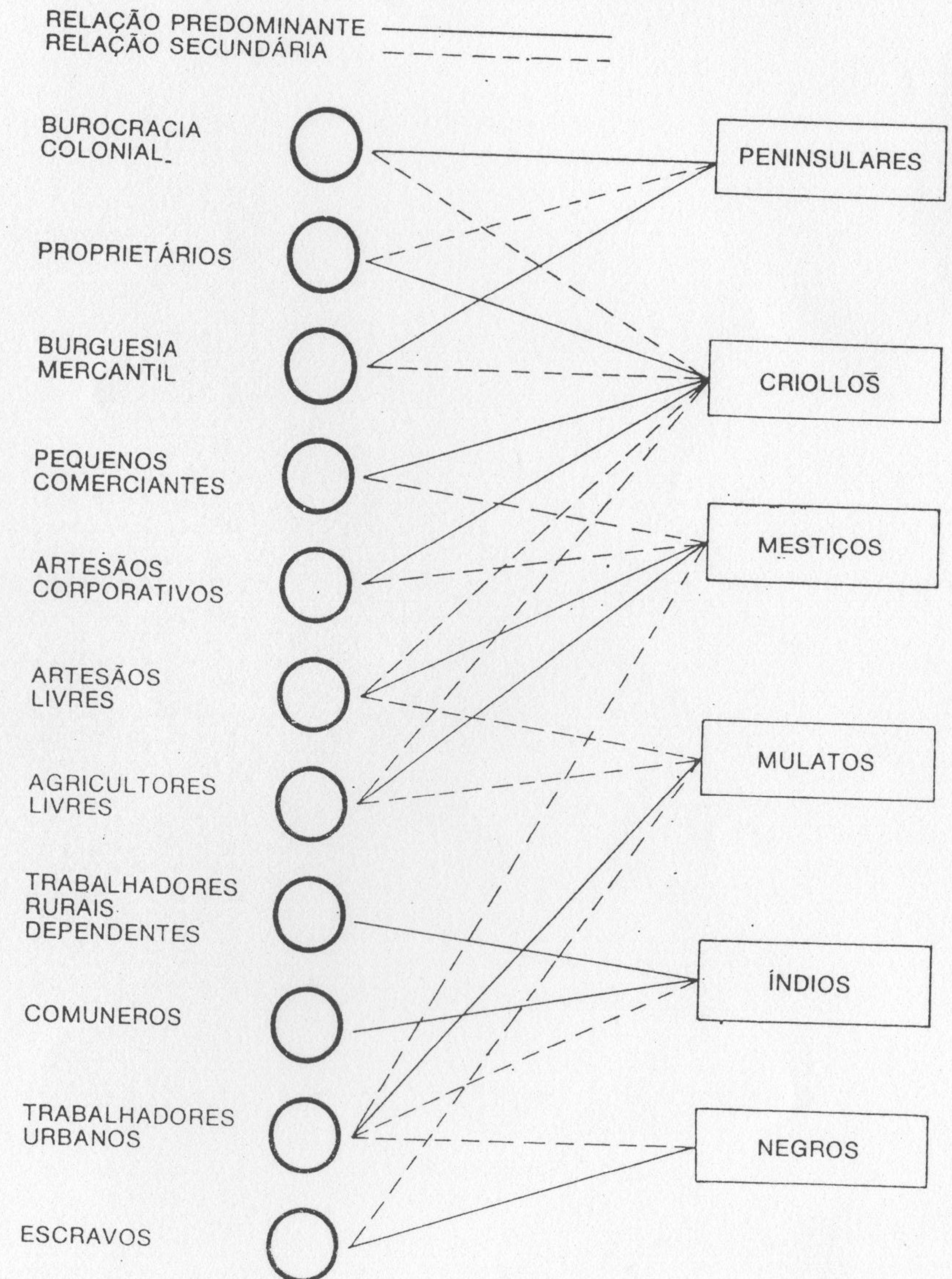
(Gráfico IV)

**NOMENCLATURA DAS "CASTAS"
EM NOVA ESPANHA
(SÉCULO XVIII)**

1. De español y india, mestizo
2. De mestizo y española, castizo
3. De castiza y español, español
4. De española y negro, mulato
5. De español y mulata, morisco
6. De morisca y español, albino
7. De español y albina, torna atrás
8. De indio y torna atrás, lobo
9. De lobo y india, zambaigo
10. De zambaigo y india, cambujo
11. De cambujo y mulata, albarazado
12. De albarazado y mulata, barcino
13. De barcino y mulata, coyote
14. De mujer coyote y indio, chamiso.
15. De chamisa y mestizo, coyote mestizo
16. De coyote mestizo y mulata, ahí te estás

Fonte: M. Morner. La mezcla de razas en la historia de
America Latina. B. Aires, Pardos
1969. P. 64

**Gráfico V
Estrutura Ocupacional e Estratificação Étnica**



Fonte: C. Morin. Curso de História da América.
Univ. de Montreal.

nar-se-ia um "espanhol". E no Peru do século XVIII, um filho de "espanhol" com uma "requinterona de mulato" era tido como "gente branca". O vocabulário étnico-social na América espanhola não possuía, de fato, qualquer limite, e até mesmo uma expressão como "não te entendo" foi criada na sociedade colonial (buscando, talvez, classificar o inexplicável).

Mas não nos deixemos levar pela multiplicidade de palavras, pois tudo não passou de um exercício de normatização ideológica. Buscava-se, em suma, uma tradução ou releitura da sociedade conforme os critérios que mediavam as relações sociais nas colônias, ou seja, os valores étnicos. No dia-a-dia da sociedade colonial, as representações usuais eram simplificadas, predominando mais o "fenótipo" (ou a aparência de cada indivíduo) do que a origem étnica, quase sempre impossível de determinar.

PROBLEMAS DE INTERPRETAÇÃO

Começemos com Florestan Fernandes: "A classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agente de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um estado nacional formalmente representativo"¹³. Com base nesta definição, fortemente marcada pela sociologia weberiana, muitos autores negam a existência de classes na sociedade colonial, admitindo a superposição de estamentos e castas na estratificação social da colônia, ou seja, uma hierarquia social baseada nos privilégios jurídicos e no preconceito racial.

M. Mörner, por sua vez, faz restrições à concepção de uma *sociedade de castas* na América espanhola, frisando

13. Fernandes, F. "Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina" in R.B. Zenteno (ed.). *As classes sociais na América Latina*. RJ, Paz e Terra, 1977, p. 173.

tratar-se de uma estratificação muito distinta da que inspirou o uso da expressão "casta" na América, a saber, a sociedade hindu do século XVI. O mesmo autor recusa, por razões idênticas às de Florestan Fernandes, a existência de classes, optando por uma estratificação estamental de perfil "pigmentocrático"¹⁴.

Não alongaremos a discussão a este respeito, limitando-nos a demarcar as linhas básicas da controvérsia. A questão é, sem dúvida, teórica: os autores consideram excludentes os conceitos de *castas*, *estamentos* e *classes* quando referidos a sociedades concretas. No caso da América espanhola, tal opção parece conduzir à adoção dos critérios que a própria sociedade colonial construiu para diferenciar os homens entre si. Noutras palavras, trata-se de uma opção de pouco poder explicativo, não obstante se aproxime dos significados ideológicos gerados naquele tempo histórico. Por outro lado, assumir radicalmente a existência exclusiva de *classes*, como faz S. Bagú¹⁵ na sua posição marxista ortodoxa, conduz ao esvaziamento das consciências, representações e significações socialmente construídas na história colonial.

Ficamos, assim, com a interpretação de R. Stavenhagen, para quem as estratificações são, na maioria das vezes, fixações ou projeções sociais, jurídicas e psicológicas das relações de classes. "Em consequência, diz o autor, as estratificações também podem ser consideradas como justificações ou racionalizações do sistema econômico estabelecido, isto é, como ideologias. Como todos os fenômenos da superestrutura social, a estratificação adquire uma inércia própria que a mantém, apesar das condições originadoras terem mudado"¹⁶. Admitir esta leitura do social implica reconhecer a coexistência entre os valores estamentais da estratificação e a estrutura de classes na América espanhola. Implica, ainda, destacar a relativa autonomia do ideológico em face das estruturas sócio-econômicas. Permite-nos, enfim, compreender a herança colonial da América Latina no plano das idéias e mentalidades coletivas.

14. Mörner, M. *op. cit.*, pp. 60-61.

15. Bagú, S. *Estructura social de la Colonia*; ensayo de historia comparada de América Latina. B. Aires, 1952, p. 102.

16. Stavenhagen, R. *Las clases sociales en las sociedades agrarias*. México, Siglo XXI, p. 39.

particularmente a linguagem “étnica”, a valoração da cor e os preconceitos raciais como fenômenos atuais nas sociedades latino-americanas.

Conclusão

À guisa de conclusão, comentemos um pouco a herança colonial da América Latina, aspecto tão freqüentado por todos os que tratam do assunto. Evitemos, porém, rebater nas velhas teclas do subdesenvolvimento ou da dependência, embora seja inevitável, ao menos, citá-las. Re-lendo a história colonial, é possível ver-se na sucção dos metais americanos pela Espanha, ou na miséria da população trabalhadora das colônias, uma prefiguração da exploração capitalista contemporânea. Talvez haja alguma continuidade, mas há, certamente, muitas rupturas. O tempo é outro, são outras as estruturas, os mecanismos de poder são distintos. Evitemos, pois, a teleologia e a comparação equivocada.

Tratamos, ainda, de outros aspectos do passado que são também do presente. Por exemplo, as culturas indígenas, deformadas mas fortes em países como o México, e que noutros lugares não passam de fantasmas, recriadas no folclore. E o que dizer da palavra “índio” ou da palavra “negro”, tão recorrentes no vocabulário de historiadores e sociólogos, tão enraizadas no senso comum, e que não passam de invenções da situação colonial? Diríamos, sem hesitação, que antes da chegada de Colombo não havia qualquer “índio” na América. E não havia sequer uma “américa”. E também na África não havia “negros”, antes que os europeus inventassem a categoria. Tudo não passou de construção ideológica, fossilizada nas mentalidades, na inércia da história.

Falamos também dos conquistadores, protótipos dos caudilhos. E não esquecemos da mentalidade fidalga, do

habitus aristocrático, da ética do desperdício, da aversão ao trabalho, valores muito caros ao patrimônio ideológico latino-americano. E, decerto, não deixamos de lado o poder patrimonial e a estratificação étnica – situações cuja atualidade dispensa maiores comentários. Tratamos, enfim, do papel da Igreja, hoje renovada em seus objetivos, mas conservando, como sempre, o seu *ethos* político.

Buscar as sobrevivências, mas atentar para as descon- tinuidades, eis tarefas essenciais ao ofício de historiador. E, pelo visto, nem todos os traços e relações da história co- lonial da América são mediados, ou se explicam pela rela- ção entre a metrópole e as colônias. Esta é somente o pon- to de partida, pois há muita coisa que escapa ao quadro. É preciso atentar para isto, para as lacunas que ainda restam vazias e, especialmente, para as perguntas que ainda não foram feitas.

